

Lula defende firme aliança do Sul Global contra desigualdades

Cúpula dos BRICS atrai cerca de 70 países para reunião na África do Sul

O presidente Lula já está em Joanesburgo, na África do Sul, onde participa da 15ª reunião dos BRICS. “É fundamental a cooperação entre os países do Sul Global no enfrentamento das desigualdades, da crise climática e por um mundo mais

equilibrado e justo”, afirmou Lula, antes de embarcar. Ele tem manifestado recentemente a sua concordância com a ampliação dos BRICS, uma articulação do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, de resistência às políticas hegemônicas impostas pelas potências ocidentais. **Página 3**



HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.919 23 a 29 de Agosto de 2023



I

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

02 se irrita com bolsonaristas que já dão como certo que “mito” vai acabar preso

“Parem com esse negócio de prisão. Se quer ajudar, desconstrua a narrativa e não fique correndo atrás de cliques ou lacrações”, disse o vereador Carlos Bolsonaro. O “zero dois” do Jair, mostrou bastante irritação com bolsonaristas que estão espalhando a prisão iminente de Bolsonaro por tráfico de joias do patrimônio público. **Pág. 3**

Frase de Jair levanta suspeita da preparação de fuga do país

“Sei dos riscos que corro em solo brasileiro, mas não podemos ceder”, foi a frase dita por Bolsonaro em Goiânia que despertou desconfiança nos investigadores. **Pág. 3**

Governo tira ações da Eletrobrás do “programa de privatizações”



Só nas peças que compõem o conjunto do colar, a perícia da Polícia Federal identificou 3.161 diamantes

Joias que Bolsonaro embolsou contêm milhares de diamantes

Os peritos que analisaram as joias dadas de presente ao governo e que Bolsonaro desviou constatarem que elas possuíam milhares de diamantes. Só no conjunto que tem o colar, a perícia identificou 3.161 diamantes, cada um avaliado individualmente. E não é só a qualidade dos diamantes que conta. É também a quantidade, porque não são dezenas ou centenas. São milhares, dizem os peritos. “Cada diamante é único, então a gente teve que tratar de forma única”, explicou a perita criminal federal Fernanda Claas Ronchi. **Pág. 3**

O governo Lula retirou as ações remanescentes da Eletrobrás do Programa Nacional de Desestatização, segundo decreto publicado em edição do Diário Oficial da União. A medida vem de acordo com o movimento do governo de retomar a participação do Estado, que detém 43% das ações, na companhia, perdida após a privatização pelo governo Bolsonaro. **Pág. 2**

BNDES enfrentou retração e subiu desembolso 31%, diz Mercadante

“Atravessamos um semestre difícil, maior taxa de juro real da economia mundial, tivemos a maior fraude de uma empresa privada da história do Brasil. A expansão atingiu 31%, com desembolsos de R\$ 50,2 bilhões”, afirmou o presidente do BNDES, Aloysio Mercadante. **P. 2**

China forma mais engenheiros por ano que a soma dos outros países

A China hoje “exporta mais para os países do Sul Global do que para os mercados desenvolvidos”, acrescentou ainda David Goldman, vice-editor-chefe do Asia Times. **Pág. 7**



Pochmann toma posse no IBGE e se soma a Lula nos desafios da reconstrução nacional

“Após o vendaval tóxico e destrutivo, é urgente e inadiável recuperar o IBGE”, afirma Marcio Pochmann

O economista e professor titular da Universidade Estadual de Campinas, Márcio Pochmann, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira (18). A cerimônia de posse do cargo, que ocorreu na sede do Ministério do Planejamento e Orçamento, em Brasília, contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin, da ministra do Planejamento Simone Tebet, entre outras autoridades.

Em seu discurso, Pochmann afirmou que “a recuperação do IBGE é urgente e inadiável após o vendaval tóxico e destrutivo dos anos recentes que impuseram a realização do censo demográfico com atraso de 2 anos e com recursos orçamentários de apenas dois terços do total que havia sido comprometido em termos reais, no ano de 2010, último ano do 2º mandato do presidente Lula”.

Pochmann denunciou o sucateamento do IBGE ao longo dos últimos anos denunciando que “sem concursos públicos e sob rebaixamento salarial e precarização generalizada das condições de trabalho, o IBGE foi submetido a uma de suas piores situações vivenciadas desde 1936, quando foi constituído”.

Pochmann avalia que o governo Bolsonaro não conseguiu arruinar o IBGE porque houve “a resistência destemida e valerosa do seu corpo de servidores e colaboradores, com atuante e persistente ação sindical”. “Não fossem os servidores, encontraríamos uma instituição em plena ruína”, afirmou.

O economista destacou que “o IBGE é um reflexo da sociedade brasileira – revela quem somos, quantos somos e como vivemos. É uma espécie de guia para o país, capaz de mapear trajetórias e apontar soluções”. E ressaltou que os resultados das apurações que o Instituto realiza são orientadores das políticas públicas que o Brasil precisa.

“Ao decompor o campo do exercício da cidadania, por intermédio de radiografias nacionais, setoriais, regionais, locais, coletivas e individuais, o IBGE contribui para moldar o universo dos horizontes e expectativas do conjunto dos brasileiros. E é por isso que o Brasil precisa avançar mais rapidamente”, ressaltou o economista.

“Desemprego, pobreza, fome, degradação ambiental, pandemias e todas as formas de desigualdade e discriminação são problemas que demandam respostas socialmente responsáveis. Essa tarefa só é possível com o Estado indutor de políticas públicas”, afirmou.

Ao dar as boas-vindas ao novo presidente do IBGE, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, destacou que combater os problemas que geraram a desigualdade social é prioridade do governo atual.

“Caro Márcio Pochmann, bem-vindo à execução do objetivo maior deste governo, que é o de atacar as desigualdades, incluir o pobre no orçamento, tirar o Brasil do mapa da fome, construir um sistema tributário justo e propulsor do desenvolvimento, gerar emprego e distribuição de renda”, declarou a ministra, afirmando que todos no governo trabalham com esse mesmo objeto, e que “não há duas estradas, não há dois caminhos, não há mão e contramão”.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/pochmann-toma-posse-no-ibge-e-se-soma-a-lula-nos-desafios-da-reconstrucao-nacional/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177

Cambuci - CEP: 01528-000

São Paulo-SP

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@vahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Lula tira ações da Eletrobrás do programa de privatização

Mercadante: “BNDES enfrentou retração e aumentou o desembolso em 31%”

“Atravessamos um semestre difícil, maior taxa de juro real da economia mundial, tivemos a maior fraude de uma empresa privada da história do Brasil. A expansão atingiu 31%, com desembolsos de R\$ 50,2 bilhões”, afirmou o presidente do banco

O presidente do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloisio Mercadante, destacou o desempenho do banco de fomento no primeiro semestre deste ano, num cenário em que “as taxas de juros reais do Brasil lideravam como as mais altas do mundo” e os bancos privados arrocharam o crédito e elevaram os custos aos tomadores após “a fraude das Americanas”.

“Atravessamos um semestre difícil, maior taxa de juro real da da economia mundial, tivemos a maior fraude de uma empresa privada da história do Brasil”, declarou Mercadante. Apesar disso, “o BNDES teve uma alta de desembolso de 31% e um aumento de demanda de crédito muito expressivo”. Foram “31% de aumento do desembolso, quando o mercado de capitais teve uma queda de 37% e o financiamento às pessoas jurídicas caiu 6,5%”, ressaltou.

“Apesar do primeiro semestre ter juros muito altos, nós temos tido o impacto da fraude das Americanas, mais recuperação da operação da Oi, Light, Minerva. Só cinco empresas eram 100 bi, o mercado de capitais teve uma queda de 37% nas emissões e os empréstimos às pessoas jurídicas, às empresas, caíram 6,5% no primeiro semestre”, declarou Mercadante, ao divulgar o resultado do banco no primeiro semestre na quarta-feira (16). “Portanto, o BNDES teve

um aumento no desembolso de 31% e um aumento de demanda de crédito muito expressivo. Ou seja, nós fizemos o papel do banco público, que é uma política anticíclica com muita prudência”, disse. “Exemplo disso é que o BNDES tinha empréstimos para Americanas, Oi, Light, e recebemos tudo, nossa inadimplência é 0,01%, isso nos dá bastante segurança em relação ao segundo trimestre”, afirmou.

No primeiro semestre, o BNDES fez empréstimos no montante de R\$ 40,6 bilhões, o que representa uma alta de 21,6% em relação a igual período de 2022. Incluindo os números do mês de

julho, a expansão atingiu 31%, com desembolsos de R\$ 50,2 bilhões. Em um só mês, desembolsos 42% acima da média dos primeiros seis meses do ano. O aumento se deu com expansão de 11% (indústria), 17% (infraestrutura), 21% (comércio e serviços) e com destaque 54% para a agropecuária. Para micro, pequenas e médias empresas (MP-MEs), o crédito para as novas operações cresceram, no período, em 53%, atingindo R\$ 18,9 bilhões.

Leia a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/bn-des-enfrentou-retracao-e-subiui-desembolso-em-31-no-primeiro-semestre-diz-mercadante/>

Guiana já descobriu o equivalente a 75% da reserva de petróleo do Brasil explorando a Margem Equatorial

A chamada Margem Equatorial, considerada a nova fronteira petrolífera no Brasil e que tem motivado debates dentro do governo, desde que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) negou, em maio, a licença ambiental para que a Petrobrás inicie as pesquisas para comprovar as reservas no local, já tem gerado significativos recursos para a Guiana.

O país foi o primeiro a descobrir petróleo na região, em 2015. Explora do pela norte-americana ExxonMobil, atualmente, só na região, o país já descobriu o equivalente a 75% da reserva total de petróleo do Brasil. A reserva da

Guiana na Margem Equatorial totaliza 11 bilhões de barris. A reserva brasileira, incluindo as descobertas no pré-sal, totaliza 14,8 bilhões de barris.

Além da Guiana, o Suriname também já fez a sua primeira descoberta, em 2020, com comprovação de potencial de extração de 4 bilhões de barris na região, cerca de 27% da reserva brasileira.

A Petrobrás enviou mais documentos ao Ibama sobre o teste pré-operacional, pedindo nova avaliação, mas, embora ainda aguarda de resposta do Instituto, é difícil que a exploração da Margem Equatorial não aconteça.

Com os debates em torno da questão, pouco a

pouco a polêmica gerada entre ambientalistas dos riscos para a Bacia da Foz do Amazonas vai sendo esclarecida, considerando que a bacia sedimentar, o bloco para exploração, não fica próxima da foz do rio Amazonas, mas a 500 km de distância. Além disso, o próprio presidente Lula, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e outros membros do governo, já garantiram que a Petrobrás vai intensificar estudos e investimentos na Margem Equatorial.

“O estudo do Ibama não é definitivo. A Petrobrás tomará todos os cuidados na exploração”, disse o presidente Lula em entrevista a repórteres da região Amazônica, no último dia 3.

União detém 43% das ações da companhia que foi privatizada no ano passado

O governo Lula retirou as ações remanescentes da Eletrobrás do Programa Nacional de Desestatização criado em 1990, segundo decreto publicado em edição do Diário Oficial da União, desta quinta-feira (17). A medida vem de acordo com o movimento do governo de retomar a participação do estado na companhia, perdida após a privatização da estatal em julho do ano passado pelo governo de Jair Bolsonaro.

O processo de privatização da maior empresa de geração e transmissão de energia elétrica da América Latina, que culminou na venda da companhia por meio de oferta pública de ações da companhia na Bolsa brasileira e de Nova York – por um valor muito menor que a empresa representa – foi marcado por denúncias de irregularidades e ilegalidades, que ainda estão sob análise da Justiça.

Entre as ações, está a que foi ajuizada pelo presidente Lula no Supremo Tribunal Federal (STF). Por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), o presidente pede que o tribunal declare a inconstitucionalidade de dispositivos da lei de desestatização da Eletrobrás, que reduziram o poder de voto da União, em prol do interesse privado.

Pela lei de privatização da Eletrobrás, a União, que é detentora de 43% das ações da companhia, não pode votar de acordo com a proporção de ações que tem, pois a norma determina que qualquer acionista só pode votar com no máximo 10% de participação.

O seja, a regra foi criada para limitar a participação da União, o poder de voto do interesse público, em prol dos interesses de alguns magnatas nacionais que especulam com o setor elétrico e fundos estrangeiros – que hoje simplesmente tem sob controle, livremente, uma empresa com capacidade geradora equivalente a 23% do total da capacidade instalada do país; sendo também líder em transmissão de energia elétrica no Brasil, com 38,49% do total das linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional em sua rede básica.

Na quarta-feira (19), a Procuradoria-Geral da República (PGR) deu parecer favorável à ação direta de inconstitucionalidade movida pelo presidente. Em seu parecer, a PGR aponta a parcial inconstitucionalidade de trechos da lei da privatização da Eletrobrás e do artigo 6º do atual estatuto da

empresa, que também impõem limitações ao poder de voto da União.

APAGÃO

Nesta semana, a população brasileira foi pega de surpresa por um apagão de energia que atingiu 25 estados e o Distrito Federal, o maior desde 2009. Por incrível coincidência, o blecaute que interrompeu os serviços públicos, as atividades das empresas e das famílias, na manhã de terça-feira (15), ocorreu um dia após o presidente da Eletrobrás privatizada, Wilson Ferreira Júnior, renunciar ao cargo.

O governo junto com as demais autoridades do setor de energia ainda apuram as causas que levaram ao apagão. Ontem à noite, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que “mais do que nunca” a Polícia Federal deve apurar as razões que levaram ao apagão, já que, neste momento, “nenhuma hipótese é descartada”.

Após ter se reunido ao longo do dia com representantes do Operador Nacional do Sistema (ONS) e demais autoridades do setor, Silveira explicou, em entrevista coletiva, que a ONS ainda apura as causas técnicas que levaram ao blecaute.

Ele informou que foi detectada uma falha no sistema da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), uma subsidiária da Eletrobrás, no Ceará, na linha de transmissão Quixadá/Fortaleza. Segundo o ministro, a Chesf admitiu um erro no sistema de proteção.

Desde o início do ano, os trabalhadores da Chesf vêm denunciando o desmonte da subsidiária da Eletrobrás, que está sendo feito pelo processo de reorganização da estrutura da empresa após a privatização, por meio de demissão e cortes de investimentos.

Segundo Alexandre Silveira, “a Chesf fez contato com a ONS, admitindo o erro no sistema que não protegeu a rede adequadamente nessa linha de transmissão”, declarou. No entanto, o ministro ressaltou que essa falha sozinha não seria capaz de causar o apagão nas proporções verificadas da última terça. “Esse evento isoladamente não causaria interrupção tão grave”, disse o ministro à imprensa na porta do ministério.

Leia mais no site: <https://horadopovo.com.br/lula-tira-acoes-da-elektrobras-do-programa-de-privatizacao/>

Inadimplência se reduz com taxa menor e não com fim do crédito sem juro, diz Fecomércio-SP

Ivo Dall’Acqua Jr., vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), afirmou em coluna da Folha de São Paulo deste sábado (19) que extinguir ou restringir o acesso ao parcelamento sem juros não resolve o problema dos juros rotativo do cartão de crédito e “seria significativamente prejudicial à economia do país”.

A frente da entidade que representa o varejo paulista, Dall’Acqua opina que além de impulsionar o consumo, a ferramenta, atualmente em debate, é uma importante ferramenta dos lojistas.

“A alegação de alguns bancos de que o parcelamento sem juros impulsiona as elevadas taxas do crédito rotativo também não corresponde à realidade: hoje, ele é uma operação restrita à relação entre lojistas e consumidores suportada por um acordo entre os estabelecimentos e os agentes de crédito(...) Isto é, não há impacto sobre as cobranças do rotativo”, diz.

Segundo os bancos, eliminar o parcelamento sem juros reduziria os níveis de endividamento e inadimplência que permitiria o corte nas taxas de juros do rotativo do cartão de crédito (quando o consumidor não paga o valor

total da fatura), atualmente girando em torno dos 437% ao ano.

Para o vice-presidente da Fecomercio, limitar ou eliminar a modalidade, ao contrário, levaria inevitavelmente ao aumento da inadimplência – assim como o direcionamento forçado para que os bancos ofertem linhas de crédito mais custosas.

“Tão grave quanto, é notar que o debate em torno do assunto confunde conceitos, misturando o que é crédito rotativo e o que é parcelamento sem juros”, prossegue. “Se a raiz do problema está nas altas taxas do rotativo, que aumentam o risco de inadimplência sistêmica pela própria característica, a solução não deveria ser acabar com o parcelamento sem juros, que, ao contrário, impulsiona o consumo e o torna mais acessível às populações vulneráveis, além de promover a inclusão financeira de milhões de brasileiros”.

Segundo ele, a solução está em “racionalizar” os juros do rotativo – definindo um teto para a taxa, por exemplo.

“Tudo isso tem como base o fomento ao desenvolvimento econômico. É crucial reduzir os juros, especialmente em modalidades preocupantes como o crédito rotativo”.



Ex-ministro da Secretaria de Governo

General Santos Cruz está seguro de que Bolsonaro deu ordem para a venda das joias

O general Carlos Alberto Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, avaliou nesta segunda-feira (21), em entrevista ao site UOL, que é “muito difícil” que o ex-ajudante de ordens Mauro Cid tenha agido sem anuência do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no caso da vendas das joias desviadas do patrimônio do Estado por Bolsonaro.

“É muito difícil um subordinado tomar determinadas iniciativas sem conhecimento ou sensação de que está sendo aprovado pelo chefe”, argumentou o general. “Ele não tem essa liberdade para tomar essas medidas, como estamos assistindo”, acrescentou Santos Cruz, diante da afirmação de Bolsonaro de que Mauro Cida tinha autonomia para vender as joias.

Para o militar, Cid pode ter perdido “noção de limite”. “Estamos assistindo a esse fenômeno de pessoas com formação muito boa perderem essa noção de limite”, disse o militar. “Não tem justificativa para cumprir ordem ilegal, se o fez, a responsabilidade é individual. Nunca nenhuma instituição ensinou que é para cumprir ordens ou fazer coisas ilegais”, prosseguiu o general Santos Cruz.

O ex-ministro afirmou que alguns militares não tiveram noção dos limites. Foram pegos por “feitiço político”. “O militar é um eleitor, um cidadão, tem suas preferências, nunca ninguém me disse em quem votar”, declarou. “Esse efeito de fanatismo que pegou no Brasil pega civis e militares, é um feitiço político que deformou nossa sociedade”, disse Santos Cruz.

Ele destacou que governo Bolsonaro tinha “comportamento quase de seita”. “No início do governo, quando estava lá, por isso me desincompatibilizei, tinha um comportamento de seita, de gangue digital, bandidos da internet”, afirmou o general. “Tinha até um guru. Não vou falar nada porque a pessoa já faleceu, e espero que esteja em bom ambiente celestial. Isso continua com uma pequena parcela, seja civil ou militar”, prosseguiu.

Na sexta-feira (11), a Polícia Federal iniciou uma operação que investiga o desvio de joias que foram dadas de presente por governos estrangeiros à União. Segundo os investigadores, ajudantes de Bolsonaro revenderam joias e bens recebidos pela Presidência da República. O advogado de Cid disse que seu cliente passou o dinheiro da venda para Bolsonaro. O defensor, Cezar Bittencourt, disse ainda que seu cliente vai confirmar que fez isso a mando de Bolsonaro.

PF investiga conluio de Nardes, do TCU, com Jair Bolsonaro no escândalo das joias vendidas

A Polícia Federal está avançando nas investigações sobre a participação do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, bolsonarista de carteirinha, no episódio dos presentes recebidos e desviados por Jair Bolsonaro após sua viagem oficial à Arábia Saudita em 2021. A informação é de Lauro Jardim, colunista de O Globo.

As suspeitas do conluio entre o ministro Nardes e Bolsonaro cresceram após a obtenção de trocas de mensagens de WhatsApp entre bolsonaristas. Nardes decidiu, numa medida cautelar, que Bolsonaro ficasse com as joias que deveriam ir para o patrimônio da União. O plenário do

TCU não concordou com a decisão.

Uma semana depois, o plenário alterou a decisão de Nardes e determinou que Bolsonaro entregasse as joias sauditas. O TCU, então, deu um prazo de cinco dias úteis para que as joias fossem devolvidas.

O relógio Rolex de ouro, cravejado de diamantes, que tinha saído do país ilegalmente no avião presidencial, já tinha sido vendido por Mauro Cid, ajudante de ordem da Presidência, a mando de Bolsonaro, a uma joalheria na Pensilvânia, nos EUA. Com a decisão do TCU, o advogado de Bolsonaro, Frederick Wassef saiu correndo até os Estados Unidos para recomprar o relógio.



Os amigos Augusto Nardes e Bolsonaro

Lula defende firme aliança Sul Global contra injustiças



Presidente passa a Presidência para Geraldo Alckmin ao embarcar

Joias surrupiadas por Bolsonaro possuem milhares de diamantes, apontam peritos

Os peritos que analisaram as joias dadas de presente ao governo e que Bolsonaro desviou constataram que elas possuíam milhares de diamantes. Só no conjunto que tem o colar, a perícia identificou 3.161 diamantes, cada um avaliado individualmente.

E não é só a qualidade dos diamantes que conta. E também a quantidade, porque não são dezenas ou centenas. São milhares, dizem os peritos.

A classificação segue um padrão internacional, que avalia claridade, cor, peso, lapidação e o corte do diamante que dá forma à pedra.

“Cada diamante é único, então a gente

teve que tratar de forma única”, explicou a perita criminal federal Fernanda Claas Ronchi, à Globo, acrescentando que os diamantes são de muito boa qualidade. “Nossa, são de excelente qualidade!”

Os presentes que foram dados ao governo brasileiro, e que deveria permanecer como patrimônio da União, estão sendo analisados no Instituto Nacional de Criminalística, dentro do complexo da Polícia Federal, em Brasília.

Há, segundo os peritos, diamantes de tamanhos diferentes: em forma de baguete, de coração, redondos e gotas.

A marca, de uma tradicional joalheria de altíssimo luxo, também

acrescenta valor às peças, ainda mais sendo exclusivas, informam os especialistas. Assim, apenas o conjunto que seria destinado a então primeira-dama Michelle Bolsonaro foi avaliado em R\$ 4.150.584. E tem mais na caixa de joias, como um relógio todo de diamantes, da pulseira até o mostrador, e avaliado em R\$ 1 milhão.

Os outros kits são masculinos: um de ouro branco, e outro de ouro rosé. Com caneta, abotoaduras, anel, rosário islâmico e relógio, sendo o mais caro o relógio de ouro rosé, da marca Chopard. Apenas 25 unidades foram produzidas, e o preço é R\$ 695 mil.

“Zero dois” se irrita com bolsonaristas que já dão como certa prisão do “mito”

O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), o “zero dois” do Jair, mostrou bastante irritação com bolsonaristas que estão espalhando a prisão iminente de Jair Bolsonaro por conta das denúncias de tráfico de joias pertencentes ao patrimônio público.

Ele pediu neste sábado (19) para que os apoiadores de seu pai parassem de comentar sobre uma possível prisão do ex-presidente. Bolsonaro foi apontado pelo advogado de Mauro Cid, seu ex-ajudante de ordem, como o mandante da venda do relógio Rolex recebido dos árabes e quem recebeu o dinheiro da venda.

Ele também foi citado no depoimento do hacker Walter Delgatti Neto à CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do 8 de Janeiro por ter pedido ao hacker para invadir urnas eleitorais com o

intuito de desmoralizar a eleição. O plano era criar clima para um golpe de Estado. Bolsonaro teria oferecido um indulto presidencial em caso de prisão do hacker.

Carlos, que chefiou o chamado “gabinete do ódio” de seu pai, fez um desabafo e pediu para que parassem de cogitar a prisão do ex-presidente. Em publicação nas redes sociais, ele classificou a expectativa dos bolsonaristas de ‘Síndrome de Estocolmo’ e pediu a desconstrução de narrativas.

A especulação da prisão de Bolsonaro passou a ganhar força após o advogado de Mauro Cid, Cezar Bittencourt, afirmar que o ex-ajudante de ordem agiu na venda de joias a mando do ex-presidente. Bittencourt ainda afirmou que o dinheiro teria sido entregue a Bolsonaro ou para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Frase de Bolsonaro em Goiânia desperta suspeita de preparação para fuga do país

A declaração de Bolsonaro em Goiânia na sexta-feira (18), de que corre risco no Brasil, deixou em alerta a Justiça brasileira sobre uma possível tentativa de fuga em caso de pedido de prisão. Membros do governo brasileiro e da Justiça já monitoram um eventual risco de fuga.

A frase de Bolsonaro que acendeu o alerta foi a seguinte: “Estive três meses nos Estados Unidos, no estado da Flórida, realmente um estado fantástico”, disse. “Mas, apesar de ter sido acolhido muito

bem, não existe terra igual a nossa. Sei dos riscos que corro em solo brasileiro, mas não podemos ceder”, completou.

O ex-presidente está no centro de um escândalo envolvendo a venda de joias recebidas e desviadas do patrimônio do Estado. Pesa ainda sobre ele denúncias graves relacionadas ao seu envolvimento em manobras golpistas para minar as eleições de 2022. As denúncias das joias foram feitas pelo advogado de Mauro Cid, seu ex-ajudante de ordem, e as

do golpe pelo hacker Walter Delgatti, que se reuniu com Bolsonaro no Alvorada em setembro do ano passado para discutir formas de violar as urnas eletrônicas.

No STF (Supremo Tribunal Federal), a preocupação de uma possível fuga também está presente. A corte recebeu um requerimento solicitando uma medida cautelar para que o passaporte do ex-presidente seja retido. A iniciativa foi da deputada Erika Hilton e do deputado Pastor Henrique Vieira, ambos membros da CPMI.

Lula defende firme aliança Sul Global contra injustiças

O presidente Lula já está em Joanesburgo, na África do Sul, onde participa da 15ª reunião dos BRICS

O presidente Lula já desembarcou em Joanesburgo, na África do Sul, onde irá participar da 15ª reunião dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A organização discutirá a nova conformação geopolítica mundial e a sua ampliação.

Diversos países do mundo estão pedindo para entrar no grupo que vem se fortalecendo muito nos últimos anos. Entre os países que pediram entrada no BRICS estão a Argentina, a Arábia Saudita, o Irã, o Egito, a Venezuela e outros.

O bloco econômico formado atualmente por Rússia, Índia, China e África do Sul tem procurado uma atitude de não alinhamento e não aceitação das política hegemônicas unilaterais impostas pelas potências ocidentais. O grupo econômico não para de crescer e atingiu um PIB de US\$ 25,9 trilhões em 2022. A soma de tudo o que foi produzido pelos 5 países no ano passado representa hoje 25,5% da atividade econômica global.

O encontro ocorre entre terça-feira (22) e a quinta-feira (24) e será o primeiro realizado de forma presencial desde o início da pandemia de covid-19.

O presidente brasileiro usou as

suas redes sociais para defender uma maior cooperação entre os países do chamado Sul Global, que representam a ampla maioria da população da Terra e são países que não estão satisfeitos com uma Humanidade sob o domínio econômico de uma grande potência decadente e insensível. Os BRICS não quer regras unilaterais e nem regras que não respeitam a soberania das nações.

“É fundamental a cooperação entre os países do Sul Global no enfrentamento das desigualdades, da crise climática e por um mundo mais equilibrado e justo”, afirmou o presidente Lula, antes de embarcar para a África do Sul. Ele tem manifestado recentemente a sua concordância com a ampliação dos BRICS.

“Serão dias de muito trabalho para fortalecer o nosso bloco, construindo agendas comuns entre os países dos BRICS e buscando ainda mais cooperação pelo desenvolvimento dos países africanos”, defendeu Lula. A África é um dos continentes onde vários países estão cansados da exploração colonial exercida pelos países do Ocidente, principalmente Europa e Estados Unidos, e que estão pedindo para fazerem parte dos BRICS.

Advogado de Bolsonaro joga toda a culpa pelos crimes das joias em Mauro Cid e seu pai Mauro Lourena

O advogado de Jair Bolsonaro, Paulo Cunha Bueno, afirmou nesta sexta-feira (18), contra todas as evidências, que o ajudante de ordem Mauro Cid agiu sozinho e não a mando de Bolsonaro, na venda do relógio que a Presidência recebeu do governo da Arábia Saudita e que o ex-presidente desviou do patrimônio público.

“Cid tinha autonomia para agir sozinho. Ou seja, não atuou a mando de ninguém”, afirmou o defensor de Bolsonaro em entrevista à GloboNews. “O Cid evidentemente tem muita autonomia”, prosseguiu o advogado.

“Imagina a quantidade de demandas que chegam a ele e que ele tem que resolver sem o presidente da República”, acrescentou o advogado, que esteve com o seu homólogo Cezar Bittencourt, da defesa de Mauro Cid, assim que saiu a reportagem na revista Veja, nesta quinta-feira (17).

A notícia de que Mauro Cid iria dizer a verdade deixou o bolsonarismo em polvorosa. Bolsonaro chegou a dizer que Cid estava com uma estratégia kamikaze e que não tinha a ver com as decisões dele.

A reportagem revelava que o ex-ajudante de ordem de Bolsonaro iria confessar que vendeu o relógio a mando de seu chefe. Como disse o seu advogado, Bolsonaro agiu como o senhorzinho Malta, da novela da Globo. Mandou resolver o problema balançando o relógio no pulso. Cid era o “faz-tudo” de Bolsonaro e até as contas de Michelle Bolsonaro ele pagava. Não fazia nada sem autorização do chefe.

O defensor de Bolsonaro insistiu que a família de Mauro Cid – ele e seu pai – teria ficado com o dinheiro da venda ilegal do relógio Rolex cravejado de ouro que os árabes deram ao

governo brasileiro.

“O presidente Bolsonaro nunca recebeu nenhum valor em espécie do Cid referente à venda de nada”, afirmou Cunha Bueno. O advogado de Cid, ao contrário, reafirmou, também em entrevista, que o dinheiro foi entregue a Bolsonaro ou Michelle em dinheiro vivo.

Na noite de quinta (17), o advogado Cezar Bittencourt, que defende Mauro Cid, disse que seu cliente afirmaria que agiu a mando do ex-presidente e que entregou dinheiro da venda para Bolsonaro.

Mauro Cid ficou mais determinado a falar a verdade quando a imagem pública de seu pai, o general Mauro César Lourena Cid, foi atingida pelo episódio. Ele usou a conta de seu pai para trazer o dinheiro da venda do relógio para o Brasil. Em uma mensagem, Cid aparece dizendo que seu pai entregaria parte do dinheiro a Bolsonaro.

O representante de Jair Bolsonaro, que visitou a defesa de Mauro Cid após suas declarações, tentou livrar seu cliente avaliando que seu colega “se precipitou” ao dizer que Cid agiu a mando de Bolsonaro e entregou dinheiro para o ex-presidente.

A partir da visita do advogado de Bolsonaro, que Cezar Bittencourt reconheceu ter ocorrido, ele começou a vacilar, mas acabou admitindo tudo o que tinha dito e repetiu que seu cliente agiu a mando de Bolsonaro.

Tornado público que houve ameaças, Cunha Bueno apressou-se em se explicar: “falamos por dois minutos, não muito mais que isso, antes da edição da ‘Veja’”. Acredito que o professor tenha se confundido. Foi simplesmente isso. Não tenho nenhum alinhamento a ser tratado com ele”.

Sérgio Lima/AFP/Reprodução



O “mito” e o relógio Patek que sumiu e não foi devolvido

Tarcísio recua e estudantes de SP voltarão a receber livros do MEC

Justiça obrigou governo a recuar da nefasta decisão de abandonar o PNLD. “Decisão gera sérios prejuízos à formação escolar dos estudantes”, avaliou o juiz

O governo de São Paulo foi obrigado pela Justiça a recuar da nefasta decisão de abandonar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nesta quarta-feira (16), o juiz Antonio Augusto Galvão de Franca, autor da sentença, também determinou urgência da medida liminar pela “iminência do escoamento do prazo para escolha das obras do PNLD, que irá se encerrar na semana que vem, em 23/08/2023”.

O retorno não imediato ao programa “poderá importar na impossibilidade de os estudantes do ensino fundamental receberem as obras do PNLD”, avaliou o magistrado. Em nota, a Secretaria da Educação informou que voltará a aderir ao programa.

Na semana passada, o governo do bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou que estava abandonando o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para os anos finais do ensino fundamental e do médio a partir de 2024.

Na decisão, que atendeu pedido de parlamentares, a Justiça suspendeu ato da gestão estadual ao proferir que “ante o exposto, defiro a liminar, nos exatos moldes postulados, suspendendo todos os efeitos do ato administrativo de retirada do Estado de São Paulo do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD”.

O magistrado sustentou que a “retirada, pelo Governo do Estado de São Paulo, de sua adesão ao PNLD já configura, em princípio e em tese, patente violação ao princípio constitucional da gestão democrática que deve pautar o sistema de educação pública”. E ainda, que a medida exigiria um “profundo e amplo debate com representantes da comunidade acadêmica, dos estudantes, Conselhos Escolares, dentre outros agentes e gestores do sistema educacional” da rede estadual de ensino. “A abrupta desconstituição administrativa da adesão ao programa é, em tese, apta a gerar sérios prejuízos à formação escolar dos estudantes e, também, ao erário estadual”, completou o juiz.

ESCOLHA DE LIVROS É DEMOCRÁTICA

A deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL-SP), uma das proponentes do pedido, disse ao G1 que a decisão é “importantíssima para barrar esse ataque, essa destruição do direito à educação dos nossos estudantes, que já sofreram com uma política de abandono durante o pior período da pandemia e agora precisam ter o seu direito à educação protegido”.

Segundo a parlamentar, “os livros didáticos que são fornecidos há mais de 80 anos, são escolhidos de modo democrático, com critérios científicos, são utilizados em diversas escolas públicas e particulares, livros que trazem o direito à igualdade no acesso dos nossos estudantes”.

No “recurso”, a secretária informou que “vai aderir ao PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) para 2024, pois, “dessa forma, os alunos te-

rão à disposição tanto o material baseado no Currículo Paulista quanto os livros didáticos fornecidos pelo MEC (Ministério da Educação). O ofício de adesão ao PNLD 2024 foi enviado ao MEC na tarde desta quarta-feira (15)”, disse a nota.

O Ministério Público e a Defensoria já haviam se manifestado favoravelmente à ação dos parlamentares (o deputado Carlos Gianazzi, também do PSOL, assinou o pedido) e, nesta quarta-feira protocolaram uma ação civil pública contra a decisão do governo de ficar de fora do PNLD.

Os autores dos dois órgãos apontaram “inconstitucionalidade e ilegalidade na decisão, especialmente por falta de adequada motivação e desrespeito aos princípios de gestão democrática, liberdade de cátedra, de aprendizagem, de pesquisa e de valorização dos profissionais da educação”.

Segundo o MP e a Defensoria, também houve violação a normas que garantem expressamente a participação do magistério e dos Conselhos de Escola nas deliberações sobre escolhas de materiais didáticos e progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa às unidades escolares.

“O Geduc (Grupo de Atuação Especial de Educação), do MP pretende assegurar que a rede de ensino paulista, por suas professoras e professores, tenha o direito de participar do processo de escolha de obras didáticas já em curso no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação”.

A Folha de São Paulo apurou que o anúncio do retorno ao programa federal seria feito somente nesta quinta-feira (17). Porém, foi antecipado com a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

MATERIAIS EXCLUDENTES

A decisão anterior de não fazer parte do programa do MEC, substituindo as obras didáticas por apostilas eletrônicas, era inédita. A medida enfrentou resistência de vários setores, especialmente da comunidade educacional. O governo Tarcísio anunciou no início do mês que usaria materiais próprios e 100% digitais. Professores e especialistas criticaram com veemência a decisão já que os livros didáticos passam por avaliação do MEC, sendo avaliados por professores, mestres e doutores que fazem parte do banco de avaliadores do Ministério. Só depois de serem aprovados, os materiais são incluídos no catálogo ao qual as escolas têm acesso.

O secretário da Educação e proprietário da empresa de tecnologia Multilaser, Renato Feder, que demonstra uma obsessão por parafernália eletrônicas para substituir a presença do professor na sala de aula e por terceirizar funções da educação repassando recursos públicos para o mercado, alegou que os materiais distribuídos pelo PNLD para 2024 são “rasos” e “superficiais”. Feder Multilaser também usou a desculpa de que os livros do MEC não eram consumíveis, ou seja, os alunos não poderiam



Protesto de estudantes contra os ataques do governo Tarcísio à Educação



Recuperação da Ciência e Tecnologia não deve ser interrompida”, defendem SBPC e ABC

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) divulgaram uma nota, no sábado (19), defendendo que o Ministério da Ciência seja mantido “realmente da ciência”. De acordo com as entidades, o ministério, que tem à frente a ministra Luciana Santos, não pode ser “submetido a injunções partidárias que desconheçam o papel decisivo que a ciência desempenha para o desenvolvimento econômico, social e sustentável”.

A SBPC e a ABC ressaltam que desde o início do ano o ministério, “recobrado para sua missão, tem tido papel

fundamental nas políticas do Estado brasileiro”. “Assim, mostrou recentemente sua importância em sua atuação na cúpula dos países amazônicos, buscando por meio da CT&I a cooperação entre os países que compartilham a maior floresta tropical do mundo”, diz a nota.

A nota reitera o papel desempenhado pela ciência como propulsora de tecnologias e inovação, conhecimentos tão necessários “para o Brasil realizar as suas potencialidades que derivam de nossa natureza e sociedade”.

“Graças a um esforço de gerações, nosso País conseguiu ter um dos melhores sistemas de formação de mestres e doutores do mundo, bem como atingir

uma posição honrosa na produção científica”, afirma o documento, e prossegue: “O atraso gerado por políticas negacionista, que predominaram aqui em anos recentes, está sendo revertido pelo atual governo, somando-se à decidida atuação de nossa comunidade acadêmica e científica”.

Segundo as entidades, “manter a relevância da ciência é condição para efetivar os compromissos que nosso País assumiu, no recente pleito presidencial. Para tanto, enfatizamos a necessidade de uma clara garantia de que o Ministério da Ciência continue focado no conhecimento científico e nas necessidades de nosso povo”.



Ministra Margareth Menezes durante o festival de Gramado

Ministra da Cultura defende cota de tela para filmes nacionais

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, defendeu o restabelecimento da Cota de Tela para filmes nacionais no Cinema. Criado em 2001, o mecanismo busca promover a produção audiovisual brasileira, obrigando os cinemas comerciais de todo o país a destinarem parte de sua programação à exibição de filmes nacionais.

“O projeto sobre Cotas de Telas está no Senado. Na próxima semana, ele deve ir à votação e queremos dar boas notícias”, disse a ministra, durante a cerimônia de abertura do 51º Festival de Cinema de Gramado, realizada no sábado, na cidade da Serra Gaúcha, a cerca de 150 quilômetros de Porto Alegre.

Em abril de 2019 foi o fim da cota de tela, que havia sido modificada e reduzida ainda no governo Temer e não foi assinada pelo então presidente Jair Bolsonaro, a situação do cinema nacional piorou muito.

Recentemente, as principais estreias de cinema do mês de julho, as duas maiores do ano, os filmes hollywoodianos, “Barbie” e “Oppenheimer”, chegam ao Brasil dominando os cinemas. Cerca de 80% das salas do país estão reservadas para sessões dos longas americanos, e Barbie tem três vezes mais telas que o Oppenheimer.

A trama sobre a boneca da Mattel, estrelada por Margot Robbie e dirigida por Greta Gerwig estreou com exibição em 2.056 salas de 767 cinemas. Já o drama de Christopher Nolan sobre o criador da bomba atômica ocupa 710 salas em 511 endereços.

Divulgados pelo braço da Warner Bros no Brasil, responsável pelos lançamentos de “Barbie” e “Oppenheimer”, produzido pela Universal, os dados equivalem a 60,45% e 20,87% das salas de cinema em território nacional, respectivamente.

Filmes brasileiros, incluindo os comerciais, ainda sofrem com exibição em péssimos horários, o que acarreta na diminuição do público. As produções nacionais estão programadas para sessões antes das 16h, quando as salas têm menos público. Dados do Sistema de Controle de Bilheteria da Ancine mostram que a participação de filmes brasileiros nas sessões após 17h caiu de 14% (2018/2019) para 7% no último ano. Filmes nacionais também são mais exibidos em dias úteis, com ingresso mais barato, o que gera menor arrecadação. Em 2020, apenas 4,2% dos frequentadores de cinema escolheram filmes brasileiros, contrastando com a média de 15% nos anos anteriores.

A queda de público não se relaciona com lançamentos, já que em 2020, 246 filmes nacionais foram lançados (37% do total), mas a audiência não aumentou. Em 2021, até junho, 152 filmes brasileiros foram exibidos, arrecadando 0,9% do público total.

Produtores culpam a falta da cota de tela, pois os melhores dias e horários das salas são majoritariamente ocupados por filmes estrangeiros. O último modelo de cota de tela vigente expirou em setembro de 2021, sem substituição até agora.

Segundo o último levantamento da Ancine, a Agência Nacional do Cinema, o Brasil tinha 3.401 salas de cinema até o fim do ano passado. Assim, sobra pouco espaço para produções menores e nacionais.

Embora tenha sido criada por meio de uma Medida Provisória (MP nº 2.228) de 2001, a Cota de Tela tem origem em iniciativas adotadas ainda nos anos 1930, quando o governo Getúlio Vargas publicou um primeiro decreto de proteção do cinema brasileiro – tornando como exemplo iniciativas semelhantes de outros países.

Como a MP foi editada antes da publicação da Emenda Constitucional (EC) nº 32, de 2001, a qual estabelece que o Congresso Nacional tem até 45 dias para apreciar as MPs sob risco delas paralisarem todas as demais deliberações, a cota de tela permaneceu em vigor até 2020, mesmo jamais tendo sido votada pelo Congresso Nacional.

Em 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a norma que reserva um número mínimo de dias para a exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros, bem como a regra que determina que 5% dos programas culturais, artísticos e jornalísticos sejam produzidos no município para o qual foram outorgados os serviços de transmissão de rádio e TV.

Segundo Margareth Menezes, o restabelecimento da Cota de Tela faz parte das ações que o governo federal vem propondo e executando para “o fortalecimento econômico do setor cultural”. O que inclui também iniciativas para regulamentar os serviços de vídeo sob demanda (VoD, na sigla em inglês), que compreende o fornecimento de conteúdos audiovisuais por plataformas digitais (streaming).

“Compreendemos que a conquista dos streamings seria uma revolução não só para o setor audiovisual e artístico, como fortalecedora e será crucial para a estabilização da independência financeira da produção cinematográfica brasileira”, acrescentou a ministra ao criticar o que classificou como “a descontinuidade das políticas públicas para a cultura” da gestão federal anterior, quando o Ministério da Cultura foi rebaixado a uma mera secretaria nacional, vinculada ao Ministério do Turismo.

“A descontinuidade das políticas públicas de Cultura causou um prejuízo imenso ao nosso setor. Muito se perdeu. As ações de censura, de perseguição e de criminalização dirigidas ao setor artístico, mas sobretudo ao setor audiovisual, foram uma temeridade”, comentou Margareth, assegurando que a atual gestão federal tem planos de retomar todas as políticas públicas para o setor audiovisual interrompidas nos últimos anos.

Mãe Bernadete Pacífico, liderança histórica do movimento negro, é executada a tiros na Bahia

Na noite da última quinta-feira (17) a liderança quilombola baiana e coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) Bernadete Pacífico, foi assassinada a tiros dentro da associação do Quilombo Pitanga dos Palmares, na cidade de Simões Filho, na região metropolitana da capital baiana.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública da Bahia, dois homens, usando capacetes, entraram no imóvel onde estava a vítima, e efetuaram disparos com arma de fogo.

Segundo o filho de Bernadete, Wellington dos Santos, em entrevista à TV Bahia, na manhã desta sexta-feira (18), a mãe foi assassinada com tiros no rosto. “Minha família está sendo perseguida, meu irmão foi morto da mesma forma. Não vamos parar, quilombo sempre será resistência”, disse o filho da líder assassinada.

A SSP disse ainda que as polícias Militar, Civil e Técnica, após tomarem conhecimento do fato, iniciaram de imediato as diligências e a pericia no local para identificar os autores do crime. A secretária ainda repudiou o crime.

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), disse que recebeu “com pesar e indignação” a notícia da morte de Mãe Bernadete, a quem chamou de “amiga e grande liderança quilombola da Bahia”. Ele ainda afirmou que determinou o deslocamento imediato das forças de segurança para o local e que elas sejam firmes na investigação.

Mãe Bernadete, como era conhecida, é ex-secretária municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e líder da comunidade quilombola da cidade de Simões Filho.

Em nota, o presidente Lula lamentou a morte da líder quilombola e colocou os ministérios à disposição para a investigação do crime. “O governo federal, por meio dos ministérios da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e Cidadania, mandou representantes e aguardamos a investigação rigorosa do caso. Meus

sentimentos aos familiares e amigos de Mãe Bernadete”, diz Lula.

Segundo a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, criminosos invadiram o terreiro onde Bernadete estava. “O racismo religioso mata e produz violências reais”, escreveu a ministra.

“O ataque contra terreiros e o assassinato de lideranças religiosas de matriz africana não é pontual. O racismo religioso é mais uma faceta da conformação racista que estrutura o país e precisa ser combatido por meio de políticas públicas”, diz a nota de Anielle Franco.

Silvio Almeida, ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, também determinou o envio de uma equipe da pasta até o local do assassinato.

Segundo a Conaq, Bernadete era mãe de Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, conhecido como Binho do Quilombo. Ele era líder da comunidade Pitanga dos Palmares e foi assassinado há 6 anos.

“Mãe Bernadete, agora silenciada, era uma luz brilhante na luta contra a discriminação, o racismo e a marginalização”, afirma o comunicado do órgão.

“Atuava na linha de frente para solucionar o caso do assassinato do seu filho Binho e bravamente enfrentou todas adversidades que uma mãe preta pode enfrentar na busca por justiça e na defesa da memória e da dignidade de seu filho”, continuou.

DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA AO STF

Em julho, a liderança quilombola participou, ao lado de outras lideranças quilombolas da Bahia, de um encontro com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber.

O evento ocorreu na comunidade Quingoma, em Lauro de Freitas, também na Região Metropolitana de Salvador. Na ocasião, Bernadete denunciou ameaças e violências contra a comunidade quilombola. O encontro aconteceu um dia antes da divulgação do Censo do IBGE com dados das comunidades quilombolas.

Ela destacou a luta por justiça pela morte do filho. “Para a senhora ter uma ideia, até hoje não sei o resul-



tado do assassinato de meu filho. Abalou todo mundo. Foi no mesmo período em que aconteceu a morte de Marielle (Franco). Inclusive, eu fui em diversos encontros com a mãe de Marielle. E injusto. Recentemente perdi outro amigo e uma amiga em um quilombo. E o que nós recebemos: ameaças, principalmente de fazendeiros, de pessoas da região”, disse em trecho do discurso durante o evento com Weber.

“Hoje eu vivo assim, que eu não posso sair, que estou sendo revistada, minha casa toda cheia de câmeras, me sinto até mal, mas é o que acontece”, disse Bernadete.

A deputada estadual Olívia Santana (PCdoB-BA) demandou uma investigação minuciosa do crime, destacando que os responsáveis não podem escapar da justiça. Ela expressou sua solidariedade aos familiares e à comunidade que sofre com essa perda irreparável.

“Investigações rápidas e punições exemplares aos criminosos é o que se exige do Ministério da Justiça e do governo da Bahia”, destacou o deputado federal Orlando Silva (PCdoB) nas redes sociais.

Eletricitários: apagão na Eletrobrás foi consequência das demissões de funcionários especializados

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), que congrega as entidades representativas dos trabalhadores do setor elétrico nacional, divulgou em seu Boletim artigo denunciando que danos à prestação de serviços, como o apagão ocorrido no último dia 15, que atingiu todos os estados do Brasil, com exceção de Roraima (que não está no Sistema Interligado Nacional), aconteceu devido ao desmonte da Eletrobrás e demissões de quadros técnicos experientes pós-privatização.

O Coletivo afirma que acontecimentos como esse já vinham sendo alertados pelos movimentos de trabalhadores desde a privatização da empresa. Conforme a entidade, no dia do apagão aconteceria o Eletrobras Day. “O evento iria apresentar para os empregados da empresa os investimentos para 2023-2027, mas uma tempestade perfeita obrigou o cancelamento. Em apenas dois dias, o presidente Wilson Ferreira Júnior renunciou e o país inteiro apagou”.

“Após o reacender das luzes, enquanto as causas são apuradas e o debate sobre a privatização da Eletrobrás toma o cenário nacional, entre os movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras do sistema elétrico, a sensação é de déjà vu. Desde a privatização da maior empresa do sistema elétrico da América Latina, foram sucessivos alertas sobre o impacto das demissões, a toque de caixa, de quadros técnicos experientes e capacitados”, diz o texto.

O Coletivo afirma ainda que, nos últimos meses, tem relatado o clima de incertezas entre os trabalhadores, com casos de depressão e até atentados a própria vida, em razão da sobrecarga no quadro técnico, descumprimento de regras de segurança e, consequentemente no aumento de acidentes de trabalho, impostos pela gestão da empresa.

“Subiu a remuneração do alto escalão em até 3.000%. Diminuem, sistematicamente, salários e benefícios das trabalhadoras e trabalhadores”, diz o artigo.

A entidade cita, inclusive, interferência do Ministério de Minas e Energia, que em 20 de julho, solicitou à Eletrobrás que avaliasse a interrupção das demissões de profissionais qualificados, bem como seu reflexo para a prestação de serviços. “Ainda não houve resposta”, denuncia o artigo.

Conforme o texto, “a própria empresa afirmou que, quando dos vandalismos em torres de transmissão, tiveram que retardar a saída de quadros técnicos experientes para lidar com a situação. Apesar de reconhecer a fragilidade, falou mais alto o discurso de redução de despesas com pessoal. Essa é a triste realidade imposta pela privatização inconsequente da Eletrobras”.

O documento questiona ainda o nome que substituirá Wilson Ferreira Pinto na presidência da empresa, Ivan Monteiro. “Apesar de controverso, Wilson Pinto conhece o setor elétrico, o novo presidente conhece de cifras. A política de gestão, baseada em cifras escancarou a fraude das Americanas, será esse o futuro da Eletrobrás?”, diz o Coletivo.

“Urge que o STF se pronuncie sobre a ADI 7.385, de maneira que o Estado possa se manifestar e atuar nos atos de gestão da empresa em que mantém quase 46% das ações. É inadmissível que a sociedade brasileira fique à mercê do mercado financeiro, enquanto, a segurança nacional fica em segundo plano”, cobra a entidade. “A reestatização de grandes empresas do setor de energia mundo afora, como a EDP na França, dá o tom que o Brasil deve seguir, empresas de prestação de serviço essencial devem ser valorizadas e estatais”, defendem os eletricitário.

Sindect-SP

Reprodução/YouTube



“Terceirização coloca em risco a segurança do usuário”, denuncia líder dos metroviários de SP

Wagner Fajardo, representante eleito dos funcionários do Metrô de SP, ex-coordenador-geral do sindicato, afirmou que após terceirizações na CPTM, “caiu a qualidade do serviço e, como consequência, da segurança. Nas linhas 8 e 9 da CPTM já assistimos vários descarrilamentos e choques de trens”, aponta.

O conselheiro eleito revelou que votou contra a proposta de revisão orçamentária para 2023 e orçamentária para 2024, “porque significavam mais redução de custos, da qualidade e da segurança”. Para o dirigente, “o instrumento usado no enxugamento dos custos é a terceirização de atividades dos metroviários, ou, mais concretamente, a precarização dos postos de trabalho”. Fajardo registrou seu repúdio à terceirização da manutenção preventiva dos trens da linha 15.

O crescimento da pre-paração da greve para o último 15 de agosto fez o governo Tarcísio de Freitas adiar por 45 dias a terceirização do Pátio de Manutenção. A

assembleia da categoria, realizada dia 14, decidiu, por ampla maioria, manter a mobilização e o estado de greve.

O governador de São Paulo manifestou a intenção de privatizar o Metrô, a CPTM e a Sabesp. Camila Lisboa, presidente do sindicato, esclareceu que o principal alvo da greve foi a publicação do edital que prevê a terceirização dos serviços de manutenção dos trens da linha prata, prevendo o pregão para 28 de agosto”. “O sentido é a luta é contra a privatização do Metrô”, completou.

Segundo o sindicato, “em 1990 o Metrô transportou 1,5 milhão de passageiros por dia e contava com 10 mil trabalhadores. Hoje, transporta 4 milhões e a quantidade de trabalhadores caiu para 8.500”.

O sindicato está em campanha por mais contratações, com a abertura de concurso público, “para a garantia da qualidade e da segurança”. Segundo o sindicato, “em 1990 o metrô transportou 1,5 milhão de passageiros

por dia e contava com 10 mil trabalhadores. Hoje, transporta 4 milhões e a quantidade de trabalhadores caiu para 8.500”. Evidentemente, a principal consequência é o comprometimento da segurança.

O arquiteto e urbanista Alex Sartori, do canal “De que são feitas as cidades?”, em matéria publicada no HP, dia 21 de julho, disse: “imagina uma empresa (Linha Amarela do metrô de SP) que em dois anos aumentou o lucro em 474%, mesmo com a venda de bilhetes caindo 27%, o que representou um lucro de R\$ 1 bi em 2021. Enquanto isso, as linhas estatais acumularam um prejuízo de mais de R\$ 1 bi. Em 2022, a Linha Amarela recebeu R\$ 4,45 por passageiro e o metrô estatal recebeu R\$ 0,36. Até 2019, o metrô estatal recebia mais de R\$ 1bi. Em 2022, recebeu menos de R\$ 300 mil, transportando cinco vezes mais passageiros do que a linha amarela”, denunciou.

CARLOS PEREIRA



Direção da empresa propôs índice de 3,18% e entidades convocam assembleias da categoria

Em reunião com trabalhadores, nesta quinta-feira (17), a diretoria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT-Correios) apresentou uma proposta de reajuste salarial abaixo da inflação. A proposta indignou a categoria que avalia entrar em estado de greve pela valorização dos trabalhadores.

As entidades representativas dos trabalhadores da ECT rechaçaram a proposta e convocaram assembleias para o debate com a categoria. “A Findect [Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios] e seus sindicatos orientam os trabalhadores a comparecerem às assembleias em suas bases, com foco na análise e avaliação detalhada da proposta apresentada. Desde já, a orientação é pela rejeição da proposta, pela aprovação do estado de greve e pela continuidade das negociações até que uma proposta que verdadeiramente atenda aos anseios da categoria seja apresentada”, diz a Findect em nota.

A proposta prevê um reajuste salarial de 3,18%, 90% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a ser implementado apenas a partir de 1º de janeiro de 2024. Os benefícios também seriam reajustados em 3,18% a partir de 1º de agosto de 2023.

Um reajuste de 100% do INPC está previsto a partir de 1º de agosto de 2024 e o Acordo Coletivo teria validade entre 1º de agosto de 2023 e 31 de julho de 2025.

Emerson Marinho, secretário da Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares), destacou em vídeo divulgado pelas redes sociais que a categoria classificou a proposta como absurda. “A direção da empresa apresentou uma proposta rebaixada, em pleno governo Lula, onde nós lutamos para eleger e tirar todo o fascismo e conservadorismo do governo Bolsonaro e que vinha com a meta de valorização dos trabalhadores. Infelizmente não é isso que está acontecendo na nossa empresa”, disse o sindicalista.

“Ficou evidente que essa proposta não está à altura dos anseios e das expectativas da nossa categoria, que nos últimos anos viu seus direitos serem minados e suas remunerações perderem o valor merecido. Essa afronta à nossa dignidade não pode ser tolerada”, disse o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo (Sintect) ao convocar a categoria para a assembleia marcada para a próxima quarta-feira (24).

Os trabalhadores da estatal enfrentaram nos últimos anos lutas cruciais contra a tentativa do governo Bolsonaro de privatizar a empresa, além de cumprir um papel essencial durante a pandemia com o aumento vertiginoso do e-commerce durante a quarentena. Em 2021, a empresa registrou lucro corrente histórico de R\$ 3,7 bilhões, superando em 101% o apresentado em 2020.



Reprodução/Leci Brandão

Leci Brandão: “Privatização da Sabesp beneficiará apenas o bolso de poucos”

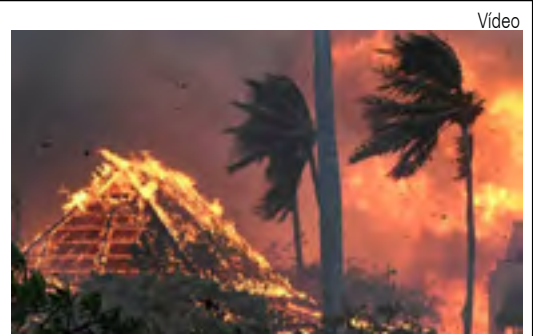
A deputada estadual Leci Brandão (PCdoB-SP) reforçou, nesta quinta-feira (17), a campanha dos movimentos sociais, sindicais e parlamentares contra a privatização da Sabesp.

“Vamos às ruas, às escolas, às periferias para conversar sobre a importância de manter esses serviços longe das mãos privadas. Em abril, uma pesquisa já mostrou que 53% da população é contra a privatização da Sabesp”, disse Leci Brandão em suas redes sociais, destacando que Sabesp, Metrô e CPTM, empresas incluídas no pacote de privatizações do governo, não podem ser entregues ao capital privado sem o amplo debate com o povo paulista.

A parlamentar destaca que a privatização do saneamento no Rio de Janeiro é um grande exemplo dos malefícios da venda das empresas públicas que prestam serviços essenciais para a população. “Após a privatização da Cedae, as tarifas aumentaram e a qualidade do serviço decaiu. Precisamos intensificar o diálogo com a

população e mostrar que a privatização prometida pelo governador não traz benefícios para o povo, mas sim para os bolsos de poucos”, afirmou Leci. A deputada também apoiou o lançamento de um plebiscito, convocado pelas entidades, contra a privatização das estatais, a ser lançado no próximo dia 5 de setembro.

De acordo com o Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo), umas das entidades organizadoras do movimento, “a privatização da Sabesp significa que a empresa vai se guiar pelo lucro, o que vai penalizar a população, principalmente segmentos mais vulneráveis. Está comprovado que não é a privatização que vai enfrentar o desafio da universalização do serviço”. “Tarcísio de Freitas não tem limites. Ele desconsidera a experiência de outras empresas públicas que foram privatizadas e penalizaram a população com tarifas altas e serviços precários, exatamente o contrário do que o governador prega”, ressalta a entidade.



Chamas destruíram a cidade de Lahaina

Falta de apoio de Joe Biden às vítimas no Havaí gera indignação nos americanos

A resposta do governo Biden ao mais mortal incêndio florestal em um século nos EUA, que matou mais de 100 pessoas, está causando intensa indignação nos EUA, tanto pela omissão no socorro, quanto pela quantia irrisória anunciada como ‘ajuda federal’ aos que perderam tudo e ficaram só com a roupa do corpo na ilha de Maui, no Havaí, a segunda mais populosa do estado.

Analistas disseram que o desgaste é motivo de preocupação para os democratas, já que Biden é pré-candidato à reeleição nas eleições presidenciais de 2024. 1.300 pessoas continuam desaparecidas e a cidade de Lahaina, de 13 mil habitantes, antiga capital do Reino do Havaí, foi destruída. Entre os 2.000 prédios arderam, quase 90% deles eram residências.

Biden ainda não encontrou tempo para visitar o local da tragédia – possivelmente por estar muito ocupado com sua reunião de sexta-feira com líderes de Seul e Tóquio para instigar uma “mini-OTAN” no Pacífico ou com a guerra por procuração contra a Rússia na Ucrânia, além da crise no Níger.

No domingo (13), enquanto Maui contava seus mortos, Biden chamou a atenção ao passear e andar de bicicleta na praia de Rehoboth, no estado de Delaware. “Estamos olhando para isso” foi a frase dita brevemente a repórteres que gritavam o nome dele e o questionavam sobre os incêndios. A tragédia aconteceu na terça-feira (8).

As equipes de emergência seguem trabalhando incansavelmente na busca de corpos das vítimas entre os escombros dos incêndios em Maui, que provocaram ao menos 106 mortes, de acordo com o último levantamento. O governador democrata do Havaí, Josh Green, alertou que o balanço final da catástrofe pode “dobrar” a quantidade de vítimas fatais. Até a manhã de quarta-feira (16), apenas 25% da área afetada em Lahaina havia sido rastreada por cães farejadores treinados para missões de busca de corpos. Segundo admitiu a CNN a deputada democrata Jill Tokuda, as sirenes de alarme de incêndio não foram ativadas, a ilha sofreu várias quedas de energia durante a crise e o número de emergência 911 parou de funcionar em partes da ilha. Os alertas, normalmente transmitidos por telefone, não puderam ser recebidos porque “não havia rede”. “Subestimamos a periculosidade e a velocidade do fogo”, acrescentou.

“INSULTO”

Biden recebeu críticas também pela ajuda financeira oferecida às vítimas dos incêndios, descrita como “insultuosa”. Ele anunciou no Twitter que vai oferecer um pagamento único de US\$ 700 (R\$ 3.480) por família. Lahaina não foi a única região de Maui a ser afetada pelas chamas, e não está claro quantas famílias serão elegíveis para o pagamento.

A quantia ofertada às famílias foi comparada com a bilionária ajuda que os Estados Unidos enviaram à Ucrânia para fortalecer a contraofensiva na guerra contra a Rússia, desde o início do conflito. Na segunda-feira, o governo Biden anunciou o envio de mais R\$ 200 milhões (R\$ 995,4 milhões) ao país.

“Alguém pode, por favor, explicar como nosso governo pode enviar centenas de bilhões para outros países, mas opta por economizar centavos quando nosso próprio povo precisa?”, perguntou o comentarista financeiro, Mark Wlosinski, que definiu o valor oferecido às famílias pelo governo Biden como um “insulto”.

Uma pré-candidata republicana ao governo do Arizona aproveitou para tirar uma casquinha, embora desde a tragédia do Katrina não estejam rigorosamente em condição de criticar ninguém. “Apenas US\$ 700 por família para ajudar a reconstruir Lahaina, Joe Biden?”, questionou Kari Lake. “Estamos gastando US\$ 900 por família para financiar sua guerra na Ucrânia”, acrescentou [segundo o Censo dos Estados Unidos, há cerca de 124 milhões de domicílios no país, o que significa que a ajuda total dada à Ucrânia seria equivalente a US\$ 911 (R\$ 4.480) por domicílio].

AJUDA, CADÊ?

Outro aspecto do problema foi destacado por um internauta, que sarcasticamente observou que “nossos navios de guerra podem provocar a China no Mar da China Meridional, podem seguir a China no Alasca, mas não podem vir ao Havaí para ajudar os americanos”.

E que o Havaí serve como sede do Comando Indo-Pacífico dos EUA, que costuma dizer “governar” mais de 50% da superfície do mundo, mas ironicamente “permanece indiferente aos desastres que ocorrem em seu próprio local”, registrou o jornal chinês Global Times, país onde tal indiferença diante de uma tragédia seria inconcebível.

Como denunciado, “o trabalho inicial de socorro foi em grande parte organizado pelos próprios moradores, com pouca presença da Guarda Nacional, Agência Federal de Gerenciamento de Emergências (FEMA), governo estadual ou autoridades locais”.

Diante das críticas, Biden, na quinta-feira (17) – exatamente uma semana depois da tragédia – anunciou que irá afinal ao Havaí na próxima segunda-feira (21). Acompanhado pela sua mulher, Jill, Biden irá reunir-se “com socorristas, sobreviventes e autoridades federais, estaduais e locais”, disse à imprensa a porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre.

Numa entrevista dada na segunda-feira (14) à rede de televisão CBS, o governador Green avaliou que seriam encontradas “provavelmente entre 10 e 20 pessoas [mortas] por dia até terminarem” as operações de busca, que estimou em “provavelmente mais 10 dias”.

Europa tem recorde de falências após sanções dos EUA à Rússia



No 2º trimestre, falências de empresas aumentaram 8,4% na UE frente ao 1º

Trump vira réu de novo. Agora, pela tentativa de fraudar a eleição no Estado da Georgia

O ex-presidente Donald Trump foi indiciado na noite de segunda-feira (14) por um tribunal da Georgia por tentar corromper a eleição de 2020 ao subverter a vitória de Joe Biden no Estado. O que é visto como o mais amplo conjunto de acusações criminais apresentado contra ele até agora, e referente ao episódio que se notabilizou pelo telefonema de Trump à autoridade eleitoral do Estado, pressionando por desfazer resultado que favorecia Biden, “arrumando” 11.870 votos para virada de mesa.

Favorito para a indicação a candidato presidencial republicano na eleição do próximo ano, com essas novas acusações vão a 91 o total de acusações criminais que Trump enfrenta. 18 cúmplices, entre eles o ex-prefeito de Nova York e advogado, Rudy Giuliani, e o chefe de gabinete da Casa Branca, Mark Meadows, foram igualmente indiciados.

“Trump e os outros réus arrolados nesta acusação se recusaram a aceitar que ele perdeu e, consciente e voluntariamente, se juntaram a uma conspiração para mudar ilegalmente o resultado da eleição em favor de Trump”, disse a acusação, apresentada pela promotora distrital do condado de Fulton (que inclui a maior parte de Atlanta), Fani Willis.

Como elementos que substanciam a alegação, há a tentativa de Trump de reunir listas falsas de eleitores presidenciais [para o Colégio Eleitoral] para inviabilizar a transferência de poder; a pressão de Trump e Giuliani sobre as autoridades eleitorais da Geórgia; a violação de equipamento eleitoral sensível por adeptos de Trump em Coffee County; e a campanha de assédio e falsas alegações contra Ruby Freedman, uma funcionária eleitoral de Atlanta.

Também a carta pressionando os legisladores da Geórgia a reconsiderar a certificação de uma lista de eleitores pró-Trump; as falsas alegações de fraude eleitoral em documentos judiciais associados a um processo de última hora de Trump para reverter os resultados na Geórgia; e a campanha de pressão sobre o então vice-presidente Mike Pence para derrubar sozinho a eleição em 6 de janeiro de 2021, quando o Congresso se reuniu para contar as cédulas do Colégio Eleitoral. E, claro, o infame telefonema em 2 de janeiro de 2021, no qual Trump pressionou o secretário de Estado da Geórgia, Brad Raffensperger, a “encontrar” votos suficientes para que revertere sua derrota.

Muitas dessas questões já estavam estabelecidas nas investigações do Comitê seletor da Câmara sobre o 6 de janeiro e, também, na recente acusação federal feita pelo procurador especial Jack Smith. Segundo o portal Politico, a acusação de Willis “foi de tirar o fôlego em seu escopo e é a primeira a acusar o círculo de facilitadores de Trump de crimes por esforços para ajudar a facilitar sua tentativa de permanecer no poder, apesar de perder a eleição”.

A nova acusação exige que Trump e os outros réus, incluindo seu ex-advogado Rudy Giuliani, se entreguem às autoridades da Geórgia até 12h de 25 de agosto.

E o quarto indiciamento, com a mídia dos EUA aventando que Trump poderá ter de passar boa parte do ano eleitoral de 2024 nas barras dos tribunais. Ele enfrenta acusações do Estado de Nova York por falsificar registros comerciais para encobrir pagamento pelo silêncio em um caso com uma atriz pornô; acusações federais na Flórida da equipe de



Indiciado por tentar aliciar funcionária eleitoral

Smith por guardar ilegalmente segredos militares classificados em sua mansão em Mar-a-Lago; e as acusações federais em Washington, DC, também da equipe de Smith, por seu esquema eleitoral.

A campanha de Trump, que considera a invasão do Capitólio como muito normal e muito democrática, disse que os indiciamentos do chefe, que atribuiu aos “líderes democratas”, são “uma grave ameaça à democracia americana” e tentativa direta “de privar o povo americano de sua escolha legítima de votar para presidente”.

O comparsa Giuliani não deixou por menos: “é apenas o próximo capítulo de um livro de mentiras com o objetivo de incriminar o presidente Donald Trump e qualquer pessoa disposta a enfrentar o regime dominante”.

Trump, que se declarou inocente nos três casos anteriores, certamente fará o mesmo na Geórgia. Alegará que seu ataque à integridade da eleição do Estado sulista foi apenas um exercício do seu “direito à liberdade de expressão”, além de insistir em que é uma investigação “politicamente motivada”.

Na segunda-feira, ele voltou a jurar que “não fraudou a eleição” – mas aproveitou para instar o ex-vice-governador da Geórgia, Geoff Duncan, a não comparecer perante o grande júri poucas horas antes de o indiciamento ser entregue. Quem sabe, uma testemunha a menos.

Ato de cientistas repudia ameaças de Milei a centro argentino de pesquisa científica

Milhares de cientistas, pesquisadores, professores e estudantes universitários se manifestaram, na sexta-feira (18), diante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MIN-CyT) no bairro de Palermo, em Buenos Aires, para apoiar políticas públicas de desenvolvimento do conhecimento, diante das declarações do candidato presidencial Javier Milei que propôs o fechamento dessa pasta e privatizar o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet).

“Isto não é corporativo, não estamos aqui só para defender os cientistas, mas para defender a Argentina”, disse o ministro Daniel Filmus, erguendo uma faixa: “Não ao fechamento do Conicet”.

“Estamos orgulhosos dos pesquisadores argentinos e prometemos continuar trabalhando por mais ciência a serviço do país”, declarou.

“A simples ideia de que um país pode se desenvolver sem



Manifestantes diante do Ministério da Ciência e Tecnologia

ciência é de uma enorme ignorância, principalmente quando o mesmo personagem que faz a proposição dá exemplos de países cujos Estados são aqueles que investem mais em ciência e tecnologia. Por isso nós, cientistas, viemos neste dia apontar que não é possível que um país cresça sem promover o conhecimento”, afirmou Filmus, denunciando as declarações de Milei, candidato que disputará as eleições com o peronista Massa e a macrista Bulrich, de acordo com os resultados das recentes Primárias Abertas Simultâneas e Obrigatórias (PASO).

Milei disse em entrevista à TV que, se eleito privatizará o órgão de pesquisas científicas para que seus associados ganhem “o pão com o suor do rosto”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

A submissão às sanções de Washington levou a União Europeia a abrir mão do gás russo barato e a enfrentar alta inflação na energia

O número de empresas falidas na União Europeia (UE) aumentou 8,4% durante o segundo trimestre de 2023, em comparação com o primeiro trimestre, registrando mais um aumento pelo sexto trimestre consecutivo, informou na quinta-feira (17) o Eurostat, serviço de estatísticas da União. Este é o nível recorde desde 2015.

Todos os setores foram afetados por fechamentos, com destaque para o setor hoteleiro e serviços alimentares (+23,9%), transportes e armazenagem (+15,2%) e educação, saúde e atividades sociais (+10,1%).

Já o índice de falências da NACE, o sistema de classificação padrão da indústria usado na UE, se fixou no segundo trimestre deste ano em 105,7, dado que se compara com 97,5 pontos nos primeiros três meses do ano.

Os especialistas consideram que a diminuição da atividade econômica provocada pelas sanções à Rússia, que fizeram disparar os preços de energia; o aumento das taxas de juros – que encarecem os custos dos empréstimos – e o fim das medidas de apoio do governo posteriores à pandemia de Covid-19 são os fatores por detrás do aumento do número de empresas que declaram falência.

Entre os países com mais registros de falência no segundo trimestre de 2023 a Espanha ocupa o topo da escala do Eurostat, seguida pela Hungria, Letônia e Estônia. Nessas informações, o organismo contabiliza o número de entidades que iniciaram o processo de declaração de falência, mediante declaração judicial, em qualquer momento do trimestre em avaliação.

“SITUAÇÃO SOMBRIA”

Embora os números mais recentes da Alemanha não constem do relatório do Eurostat, os dados do Departamento Federal de Estatística daquele país relativos a julho revelam que o número de empresas que entraram em processo de falência cresceu 23,8% em termos interanuais.

O Instituto de Pesquisa Econômica (Ifo), com sede em Munique, informou também em julho que o índice de confiança empresarial havia caído pelo terceiro mês consecutivo e que os empresários estavam desiludidos com a situação atual de seus negócios, por isso baixaram suas expectativas para o futuro.

“A situação da economia alemã está cada vez mais sombria”, declarou o presidente do Ifo, Clemens Fuest.

Bernardo Arévalo é eleito presidente da Guatemala

O candidato do Movimento Semilla (Semente), Bernardo Arévalo, venceu o segundo turno das eleições presidenciais da Guatemala, neste domingo (20), com 58,9% dos votos contra Sandra Torres Casanova, do partido Unidade Nacional de Esperança (UNE), que obteve 36,2%, de acordo com a contagem oficial do Tribunal Eleitoral do país.

Os guatemaltecos deram a resposta nas urnas à tentativa de suprimir a candidatura do líder oposicionista Arévalo através de manobras do Ministério Público, que tentou justificar a invalidação da candidatura da oposição com supostas irregularidades no processo de criação da legenda.

Uma ampla movimentação garantiu a candidatura de Arévalo, agora vitorioso.

As eleições também adquiriram maior relevância depois que Arévalo quebrou as previsões de pesquisas locais ao chegar ao segundo turno. Algumas pesquisas o colocavam em oitavo lugar entre as preferências do eleitorado.

O agora presidente eleito ganhou aceitação, principalmente da população urbana, por sua campanha anticorrupção e por sua busca de entendimentos em defesa da unidade nacional.

Também teve peso no eleitorado a aceitação do seu pai, o ex-presidente Juan José Arévalo Bermejo, que entre 1945 e 1951 promoveu mudanças para beneficiar a população, encerrando os 13 anos de poder de Jorge Ubico, um admirador de Hitler que submeteu indígenas maias a trabalhos forçados.

Numa eleição em que o voto não é obrigatório, apesar desta vitória contundente, o abstencionismo foi muito alto chegando perto de 50% dos eleitores. A abstenção teve maior incidência nos territórios indígenas, nas pequenas cidades e aldeias.

DIPLOMATA E ESCRITOR

Deputado pelo partido Movimento Semente, entre outros cargos, Arévalo foi embaixador da Guatemala na Espanha entre 1995 e 1996 e vice-ministro das Relações Exteriores entre 1994 e 1995, no governo de Ramiro de León Carpio. Integrou as comissões de Relações Exteriores, Direitos Humanos, Assuntos de Segurança Nacional, Integração Regional, Segurança Social e Previdência, Interior e Educação, Ciência e Tecnologia do Congresso.

Além disso, também é escritor, autor de dezenas de livros e artigos sobre história, política, sociologia e diplomacia.

CONTRA CORRUPÇÃO

Milhares de pessoas foram às ruas para comemorar os resultados. Muitos eleitores afirmam ver em Arévalo uma esperança de mudança frente aos últimos anos de deterioração institucional e crescente autoritarismo no governo guatemalteco.

“O que o povo está gritando é ‘basta de tanta corrupção’ (...). Vamos trabalhar para garantir instituições que mereçam sua confiança (...). Esta vitória é do povo e agora, unidos como povo de Guatemala, vamos lutar contra a corrupção”, disse Arévalo em sua primeira aparição após saber da vitória.

A posse de Arévalo está prevista para o dia 14 de janeiro. Um de seus principais desafios será governar com um Congresso que lhe será provavelmente opositor.

No primeiro turno, em 25 de junho, o Movimento Semente obteve 24 deputados, enquanto a UNE chegou a 27 e o Vamos, partido oficial que nomeou Manuel Conde para a presidência, obteve a primeira maioria, com 40 cadeiras.

Arévalo substituirá o presidente Alejandro Giammatei, aliado do governo dos Estados Unidos, que chega ao fim do mandato com 76% de rejeição, conforme a pesquisa ProDatos.

Disparada nos preços corrói salários dos trabalhadores, denunciam centrais inglesas

O índice da inflação inglês, CPI, mostra que os preços dos alimentos subiram a uma taxa média de 15% enquanto os salários – em meio a greves que mobilizam desde médicos a ferroviários – tiveram reajustes de apenas 7,8%.

Para as centrais uma queda geral da inflação anunciada pelo Escritório Nacional de Estatísticas de 7,9% para 6,8% (anualizada no mês de julho) mascara as perdas salariais com a inflação, devido às perdas com alimentos, durante todo o período de um ano. O custo com aluguéis também influi nas perdas com uma taxa acima de 9%.

Isso, acrescentam as declarações dos líderes das centrais Unite e TUC, também deve incluir custo com restaurantes e voos, que ultrapassam os reajustes.

Sharon Graham, secretária-geral da central Unite, diz que os trabalhadores não serão enganados pelos números gerais pois sentem no bolso os custos que os atetam: “O governo, o Banco da Inglaterra e as corporações, que elevam seus lucros, tentarão usar estes números para dizer ao povo que a crise foi superada, mas não enganarão os trabalhadores que veem os preços e os lucros subindo muito mais rápido que os salários”.

Para ela a renda dos assalariados deve parar de ser agredida pelos que governam e o fazem elevando juros e adotando políticas de arrocho. Em vez disso, diz Sharon, “deve haver uma política de atenção aos lucros das corporações que provocam esta elevação sem fim no custo de vida”.

Paul Nowak, da cental TUC, destaca que não há uma política de industrialização que produza empregos de qualidade e melhores salários e “muitos desafios permanecem não atingidos por muito tempo. Precisamos de um governo que lance um plano crível que ofereça empregos decentes e bem pagos por todo o país e os conservadores não produziram nenhum”.

A parlamentar da oposição, Rachel Reeves, também afirma que a “a inflação britânica permanece mais alta do que diversas outras economias”.

Note-se que a disparada inflacionária teve como causa básica a submissão a Washington com a adoção da Inglaterra, assim como fizeram outros países da Europa, às sanções russofóbicas.

“Após 13 anos de caos econômico e incompetência sob os conservadores, os trabalhadores estão em piores condições, com estouro nas constas de luz e preços nas lojas”, alerta Rachel.

‘China forma mais engenheiros por ano que vários países juntos’

David Goldman, economista norte-americano e vice-editor-chefe do Asia Times ao avaliar o gigante asiático:



Linha de montagem da fábrica de motores de automóveis Wuling

Índia e Emirados Árabes concluem a primeira venda de petróleo em rúpias

Em outro golpe para o domínio do dólar, a Índia e os Emirados Árabes Unidos fecharam um acordo de comércio de petróleo sem converter as moedas locais em dólares pela primeira vez na segunda-feira, quando a principal refinaria da Índia fez um pagamento pelo petróleo em rúpias, registrou o portal Zero Hedge. A Indian Oil Corp. comprou um milhão de barris de petróleo da Abu Dhabi National Oil Company em uma transação livre de dólares.

A venda de petróleo foi a primeira depois que os dois países assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) em julho. O acordo estabeleceu o sistema de Liquidação em Moeda Local (LCS), facilitado pelo Banco da Reserva da Índia e pelo Banco Central dos Emirados Árabes Unidos.

O sistema permite que os dois países realizem comércio bilateral usando a rupia e o dirham. De acordo com uma declaração do Reserve Bank of India, o acordo facilitará “transações e pagamentos transfronteiriços contínuos e promoverá uma maior cooperação econômica”.

O primeiro teste do LCS envolveu a venda de 25 kg de ouro de um exportador de ouro dos Emirados Árabes Unidos para um comprador na Índia por cerca de 128,4 milhões de rúpias (US\$ 1,54 milhão). De acordo com WIONews indiano , o sistema LCS reduzirá custos e agilizará as transações entre os dois países.

Além disso, espera-se que a dependência de moedas nacionais reforce a resiliência econômica e fortaleça as relações bilaterais. “Além disso, quaisquer saldos excedentes nas moedas locais podem ser investidos em vários ativos locais, incluindo títulos corporativos, títulos do governo e mercados de ações.”

A Índia, que é o terceiro



Uso de moedas locais, a exemplo da rúpia, facilita as transações entre países, afirmam as autoridades da Índia

maior importador de petróleo do mundo, também comprou petróleo da Rússia usando moedas diferentes do dólar. A propósito, a Índia, que depende da importação de 80% do petróleo que consome e que antes só comprava 2 a 3% da Rússia, passou a ter a Rússia como seu maior fornecedor.

Se a tendência de transações sem dólar se expandir para outros países, a minimização do dólar no comércio global de petróleo seria uma má notícia para os Estados Unidos, observa o ZH. Tal como está, a maioria das vendas globais de petróleo é cotada em dólares. Isso garante uma demanda constante pelo dólar, já que todos os países precisam de dólares para comprar petróleo, fonte essencial de energia.

O que ajuda a sustentar as políticas de “emprestar e gastar” do governo dos EUA, junto com seus enormes déficits, aponta o portal. Enquanto o mundo

precisar de dólares para o petróleo, isso garante a demanda por dólares. O que significa que o Federal Reserve pode continuar imprimindo dólares para monetizar a dívida.

O processo foi assim descrito pelo ZH: “Um dos principais pilares dos últimos 40 anos, e uma âncora sustentando o status de reserva do dólar, foi um sistema financeiro global baseado no petrodólar – este era um mundo em que os produtores de petróleo venderiam seus produtos para os EUA (e o resto do mundo) por dólares, que eles então reciclariam os rendimentos em ativos denominados em dólares e enquanto investiam em mercados denominados em dólares, sustentavam explicitamente o dólar como moeda de reserva mundial e, no processo, sustentavam a posição dos EUA como a superpotência financeira indiscutível do mundo.”

Leia íntegra no site do HP

Organizações argentinas exigem liberdade para Assange

Organizações e personalidades ligadas à defesa dos direitos humanos entregam, no sábado, uma carta endereçada à embaixadora do Reino Unido na Argentina, Kirsty Hayes, solicitando que Julian Assange, preso por revelar informações confidenciais que expunham crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos pelo governo dos Estados Unidos, não seja extraditado para Washington, e pedem sua libertação.

A iniciativa, que acontecerá em frente à Embaixada Britânica em Buenos Aires é coordenada pelos grupos Libertad Assange Argentina e Free Assange Wave em resposta a uma convocação do coletivo norueguês Set Julian Free (Libere a Julian) para que a mesma entrega de documentos seja realizada globalmente em diferentes cidades do mundo, informaram os grupos organizadores da atividade.

Estão confirmadas as presenças de Cristina Fernández de Kirchner, do Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel, do juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos Eugenio Zaffaroni, do Ministro da Cultura Tristán Bauer, da Avó da Praça de Maio Nora



Manifestação em Londres em apoio ao jornalista

Cortiñas, além de entidades sindicais, estudantes, femininas e de moradores.

Esse ato inaugura uma série de ações pela liberdade de Assange, como a série de filmes “Assange Libre”, que terá início no dia 26 de agosto, às 16h, no Centro Cultural Kirchner (CCK), em Buenos Aires.

O escopo da ação global por enquanto está limitado a dois países líderes: Noruega e Argentina. Outros seguirão o exemplo nas próximas semanas.

O ato consiste na entrega de uma carta escrita por Chris Hedges, jornalista americano vencedor do Prêmio Pulitzer e defensor da causa de Assange.

“Não haverá liberdade

de imprensa se não houver liberdade para Julian Assange”, diz Hedges em seu texto.

LIV ULLMAN EM OSLO

Em Oslo, entre os comprometidos com a entrega, a atriz Liv Ullman, junto com outra personalidades da nação escandinava.

“O Reino Unido tem a possibilidade soberana de estabelecer um precedente internacional na defesa da liberdade de imprensa como um direito humano fundamental”, afirmam.

Assim que as cartas forem entregues, uma coletiva de imprensa será realizada em frente à embaixada.

Íntegra no site da Hora do Povo



A greve dos atores e atrizes juntou-se ao movimento dos roteiristas em julho (AFP)

Roteiristas dos EUA sustentam greve há mais de 110 dias

O sindicato dos roteiristas dos Estados Unidos (WGA) e representantes dos grandes estúdios de Hollywood, agrupados na Alliance of Motion Picture and Television Producers (AMPTP), voltaram a se reunir na sexta-feira (18) para discutir acordos trabalhistas no âmbito de uma greve sindical que já dura 110 dias.

Conforme noticiado pelo site especializado Variety, as partes se reuniram várias vezes durante os últimos quatro dias, embora não tenham conseguido ainda resolver os pontos mais polêmicos das demandas dos roteiristas que exigem maiores salários e que o cálculo para fins de pagamentos relativos a direitos autorais sejam adequados à nova realidade dos streamings. As negociações continuarão na próxima semana.

Os estúdios se recusam a atualizar o cálculo desses valores, que ainda é feito na lógica já ultrapassada das séries que eram produzidas para serem transmitidas na TV aberta e não nos streamings como Netflix, Disney+ e outros, assinou o WGA.

“Obrigado por todas as mensagens de apoio e solidariedade enquanto falamos com a Alliance. Como sempre, desconfie de boatos de terceiros, sabendo que o sindicato comunicará quando acreditar que há algo significativo a relatar”, disseram as autoridades sindicais a seus membros em um e-mail divulgado à mídia.

O conflito ocorre concomitantemente com outra greve de grande peso para o setor, como a que atores e atrizes de Hollywood realizam desde 14 de julho.

Como consequência da paralisação de ambas as atividades, inúmeros projetos em diferentes estágios de desenvolvimento tiveram que ser adiados e, em alguns casos, até cancelados.

Nas últimas horas, portais norte-americanos como a CNN anunciaram que duas produções que já tinham sinal verde para uma segunda temporada na plataforma Amazon Prime Video, como a história de ficção científica “A periferia” e a comédia “Uma liga muito especial”, finalmente não terão continuidade.

Goldman destaca também que “quase dois terços dos cidadãos chineses têm agora educação além do ensino médio contra apenas 3% no ano de 1979”

Com a China crescendo 5,5% no primeiro semestre de 2023 – o que faz as potências do G7 se roerem de inveja –, certos círculos midiáticos dos EUA subitamente inflamam a discussão sobre um suposto “colapso iminente do modelo chinês”, o que mais recentemente se expressou na provocação feita pelo octogonário presidente dos EUA, Joe Biden, de que a China é “uma bomba-relógio”.

Em oposição a tal alegação, o economista norte-americano David Goldman, que é o vice-editor-chefe do Asia Times, reiterou que “a China criou o maior milagre econômico do mundo e certamente criará outro milagre” em coluna de opinião na Newsweek.

Goldman lembrou que o PIB real per capita da China saltou “de US\$ 404 em 1979 – o ano em que Deng Xiaoping abriu a economia para a iniciativa privada – para US\$ 11.560 em 2022 (em dólares constantes de 2015)” e que desde 2001, o PIB real per capita da China “quintuplicou”.

Como comparação, ele assinalou que o PIB real per capita da Índia passou de US\$ 373 em 1979 para apenas US\$ 2.085 em 2022.

“Isso não quer dizer que a trajetória da era Deng ainda seja válida hoje. Naquela época, a China treinou agricultores de subsistência em trabalhadores industriais semiqualiificados. Esse modelo econômico claramente atingiu o pico, com a migração massiva do campo para a cidade diminuindo a população rural e a população em idade produtiva da China também diminuindo lentamente”, registrou.

NOVA ECONOMIA

Mas – destacou Goldman – “a China está construindo uma nova economia digital impulsionada pela inteligência artificial e banda larga de alta velocidade”. Ele salientou que a China tem “2,3 milhões das 3 milhões de estações base 5G do mundo”, e a velocidade de download da rede 5G doméstica “é o dobro” da dos Estados Unidos.

Também tem um porto totalmente automatizado, “que pode concluir o carregamento e descarregamento de um grande navio porta-contêineres em 45 minutos; a mesma carga de trabalho, que o porto de Los Angeles, Long Beach, leva 48 horas”. A China – acrescentou – também possui minas totalmente automatizadas que não exigem que os trabalhadores assumam riscos; fábricas controladas por inteligência artificial e armazéns onde robôs são responsáveis pela triagem e embalagem.

Mais importante ainda – o destaque é de Goldman – “quase dois terços dos cidadãos chineses têm educação além do ensino médio, contra apenas 3% em 1979”. A China forma “mais engenheiros todos os anos do que outros países do mundo juntos”, e o nível de ensino das universidades chinesas atingiu o nível mundial.

Outro aspecto do desenvolvimento econômico da China é que hoje ela “exporta mais para os países do Sul Global do que para os mercados desenvolvidos. Desde 2020, as exportações da China para os países da ASEAN dobraram e as exportações para os países da Ásia Central triplicaram. Da África à América do Sul, a China está construindo banda larga, ferrovias e portos, pressionando por mercados permanentes para as exportações chinesas”.

“Claro, a nova economia

digital da China ainda está em seus estágios iniciais de desenvolvimento e muitos problemas podem surgir”. Mas a China também fez muitas coisas certas. Este ano, “a China ultrapassou o Japão para se tornar o maior exportador de carros do mundo, em parte graças à Shanghai Gigafactory da Tesla. Um carro elétrico feito na China é o equivalente a uma versão do século 21 do Modelo T Ford”.

Para o economista e vice-editor-chefe, a “teoria demográfica do Juízo Final” sobre a China está “totalmente errada”.

Uma força de trabalho encolhendo não significa necessariamente uma recessão, ele apontou. Entre 1990 e 2010 – ele observa –, “a produção industrial da Coreia do Sul triplicou, enquanto a força de trabalho fabril caiu um quinto”. A Coreia do Sul melhorou sua posição na cadeia da indústria de valor agregado fabricando componentes eletrônicos de ponta, automóveis e chips de computador. “O ensino superior transformou a Coreia do Sul de um mercado de mão de obra barata em um concorrente da indústria de alta tecnologia”.

Goldman lembrou a bobagem cometida em 1994 pelo vencedor do Nobel de Economia, Paul Krugman, zombando do “mito do milagre asiático”, alegando que os “Tigres Asiáticos” haviam esgotado suas reservas de mão de obra barata. “Ele falhou em prever os futuros ganhos de produtividade nesses países e regiões, assim como aqueles que afirmam que ‘o crescimento da China atingiu o pico’ hoje”, ressaltou.

“A China está determinada a liderar a quarta revolução industrial”, enfatizou o economista norte-americano.

“Como mencionei em uma resenha que escrevi para a Newsweek em março, a gigante chinesa de telecomunicações Huawei disse que assinou 6.000 contratos para construir redes 5G corporativas para dar suporte a aplicativos de inteligência artificial nas fábricas”. Ele assinalou ainda que a Huawei oferece um sistema de inteligência artificial baseado em nuvem que permite que as empresas “criem seus próprios aplicativos”.

ROBÔS INDUSTRIAIS

A China – sublinhou Goldman – é agora “o maior mercado mundial de robôs industriais”. Se o que observamos na indústria de veículos elétricos for generalizado para outros setores da economia, ele acrescentou, a China terá uma liderança incontestável no setor industrial.

Para Goldman, a guerra de Washington contra o desenvolvimento da tecnologia chinesa não vai funcionar: Os chips produzidos internamente na China são relativamente antigos, mas “o suficiente para suportar aplicações de IA na indústria”. “Sem acesso a chips de última geração, a Huawei não pode vender smartphones 5G competitivos, mas seus aplicativos de IA são bons o suficiente para manter fábricas, portos e minas funcionando”.

Segundo ele, as rígidas medidas de controle da China em resposta à epidemia no ano passado explicam a “desaceleração do consumo doméstico”. Também a ação contra as principais empresas de tecnologia da China deixou o mercado de ações da China “cambaleando em comparação com o resto do mundo, elevando o custo de inanciamento para startups domésticas”.

Leia mais no site do HP

A denticção na evolução humana

Os dentes são uma rica fonte de informações sobre o nosso processo evolutivo, retratando relações de parentesco das espécies, bem como documentando detalhadamente fragmentos da vida dos nossos ancestrais

LETICIA VALOTA, GABRIEL ROCHA, WALTER NEVES

Núcleo de Pesquisa e Divulgação em Evolução Humana
Instituto de Estudos Avançados da USP

O estudo da denticção humana é essencial para o entendimento da evolução da nossa espécie. Olhar para os dentes dos nossos ancestrais pode nos fornecer informações acerca das suas relações evolutivas, de seu comportamento e até da sua estrutura social. As informações que podemos obter incluem, também, a escolha de habitat feita pelas espécies, sua distribuição geográfica e, em especial, sua dieta. A importância do conhecimento acerca da dieta dos nossos ancestrais, por sua vez, reside no fato desta ser um resultado da interação entre o organismo – sua anatomia – e seu ambiente externo.

Diferentes formas de estudo da denticção na linhagem humana são possíveis de serem feitas a partir do registro fóssil disponível. Podemos fazer uma análise da forma e tamanho dos dentes, dos cálculos, bactérias que calcificaram nos dentes, ou partículas minerais neles presentes, de seu desgaste, que está associado à abrasão causada por alguns tipos de alimentos, e de sua composição química.

Levando em conta nossos parentes vivos mais próximos, como chimpanzés e gorilas, seus dentes, em especial os caninos, são proeminentes, e em sua arcada dentária está presente um espaço para acomodar esses grandes caninos, chamado de diastema. Esse tamanho aumentado dos caninos não está necessariamente relacionado à alimentação, considerando que a dieta de um chimpanzé é 80% herbívora, e de um gorila 100%; ele está relacionado, na verdade, à seleção sexual por parte das fêmeas, e à uma questão de territorialidade e defesa.

Se compararmos a arcada dentária de um chimpanzé e de um ser humano moderno, podemos observar que, devido aos caninos avantajados e ao diastema, a arcada de um chimpanzé possui um formato em U. Já a nossa arcada dentária apresenta um formato em parábola, devido à ausência dessas características e a redução da face que ocorreu na nossa linhagem.

Além do tamanho dos caninos, podemos olhar também para o esmalte que recobre os dentes, responsável pela sua proteção. Nos demais primatas a camada de esmalte dentário é fina, enquanto a nossa linhagem apresenta dentes com uma camada de esmalte mais espessa.

No caso da nossa linhagem, a redução dos caninos, a perda do diastema e o espessamento do esmalte dentário estão presentes desde os primórdios: a espécie mais antiga da nossa linhagem, Sahelanthropus tchadensis, que viveu há cerca de 7 milhões de anos, já apresentava caninos levemente reduzidos e dentes com esmalte espesso.

Essas são algumas características que nos ajudam a saber quais fósseis fazem parte da nossa linhagem e quais não. Quando encontramos o crânio fossilizado de um primata com caninos pequenos e esmalte espesso, é bem provável que ele faça parte da nossa linhagem evolutiva.

Métodos de estudo baseados em cálculos dentários



são capazes de fornecer informações acerca da dieta dos indivíduos. Porém, como a preservação desses cálculos dentários é baixa, sua presença é escassa no registro fóssil. Assim, outras características, muitas vezes, são mais utilizadas no estudo dessas espécies.

Ao longo dos sete milhões de anos de evolução humana os dentes se modificaram muito. De maneira geral, durante os últimos quatro milhões de anos, vimos o surgimento de duas linhagens com dentes muito diferentes.

O primeiro caminho foi tomado inicialmente por alguns Australopithecus e se consolidou com o gênero Homo, em especial com as espécies mais tardias do gênero (H. heidelbergensis, H. neanderthalensis e nós, H. sapiens). Esse grupo que já possuía os caninos reduzidos ficou marcado pelo desenvolvimento de molares e pré-molares pequenos também. Potencialmente essa redução na dimensão dos dentes posteriores está relacionada a uma alimentação mais macia, com o uso de ferramentas e do fogo para trabalhar o alimento e depender menos da mastigação.

O segundo grupo tomou o caminho contrário. É o caso de algumas espécies de Australopithecus como o Australopithecus africanus, mas principalmente de espécies do gênero Paranthropus. O gênero Paranthropus inclui três espécies (P. aethiopicus, P. boisei, e P. robustus) e é especialmente conhecido pelo seu aparato mastigatório massivo. As três espécies apresentam diversas características cranianas que indicam que eles possuíam uma mordida super potente, e os dentes deste grupo não ficam de fora. Com molares quase três vezes maiores que os nossos, pensávamos que os Paranthropus se alimentavam de comidas duras como raízes e castanhas. No entanto, hoje sabemos que, na verdade, essas espécies megadônticas foram grandes pastadores, utilizando esses dentes gigantes para passar o dia macerando folhagens fibrosas, semelhante ao que os gorilas fazem hoje em dia. Essa conclusão foi possível após a análise do desgaste dos dentes presentes no registro fóssil, que não indicavam uma presença sistêmica de abrasão intensa causada por alimentos duros.

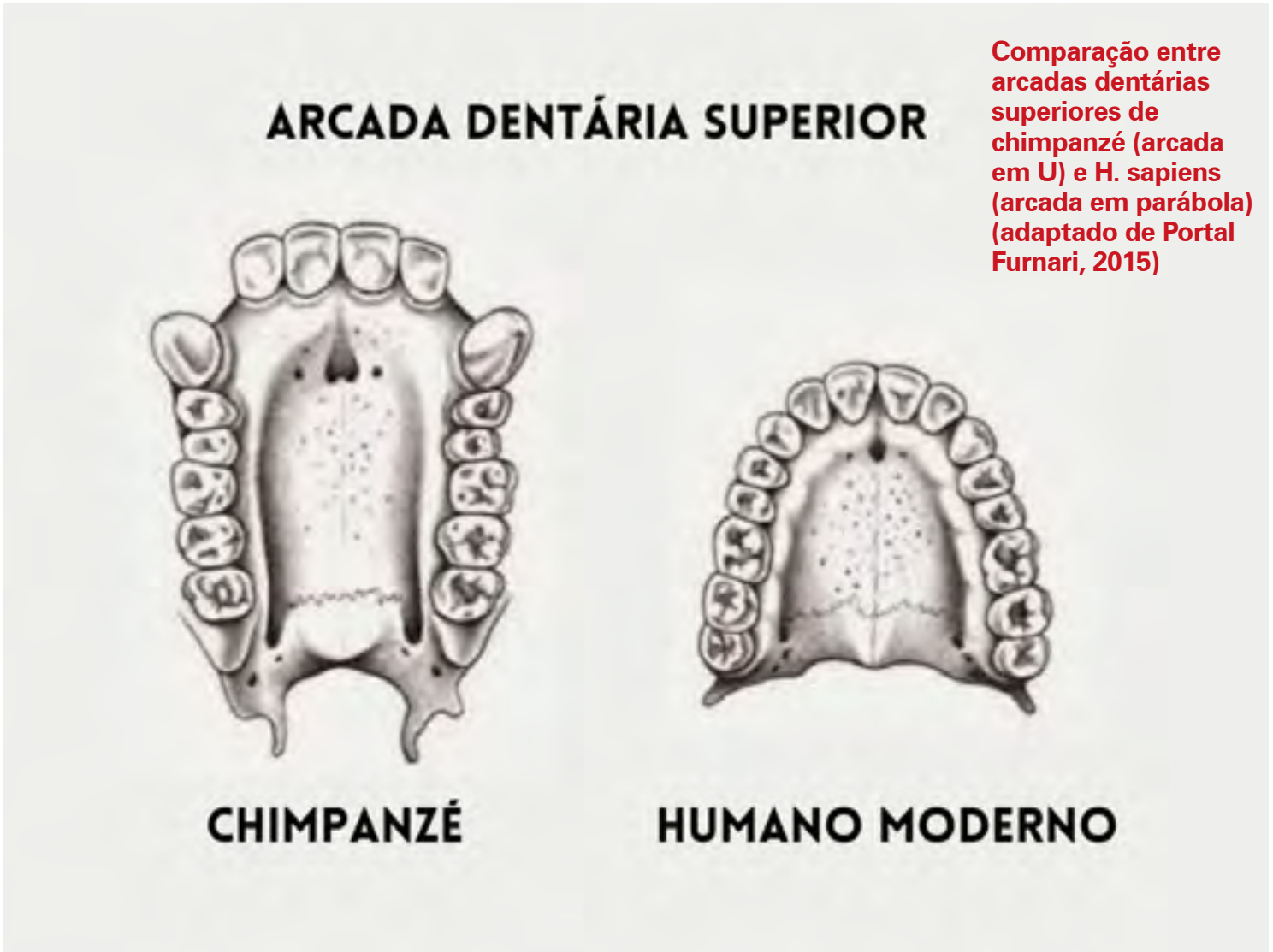
Os dentes estão entre os materiais mais abundantes do registro fóssil humano, afinal estamos falando do elemento mais rígido do nosso corpo. Os dentes são, portanto, uma rica fonte de informações sobre o nosso processo evolutivo, retratando relações de parentesco das espécies, bem como documentando detalhadamente fragmentos da vida dos nossos ancestrais. Só nos resta aguardar para descobrir o que mais eles podem nos contar sobre essa história.



Arcada dentária de P. boisei em comparação com H.sapiens (Melissa Lutz Blouin, University of Arkansas)



Réplica de crânio de gorila (Bone Clones Inc., Osteological reproductions)



Comparação entre arcadas dentárias superiores de chimpanzé (arcada em U) e H. sapiens (arcada em parábola) (adaptado de Portal Furnari, 2015)